

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATAS**



ATAS

ATA DA 3ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/3/2019

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras do Deputado Roberto Andrade – Entrega de Título – Palavras do Sr. Marcelo Guimarães Rodrigues – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Antonio Carlos Arantes – Roberto Andrade.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião à entrega ao desembargador Marcelo Guimarães Rodrigues do título de Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais, concedido, a requerimento do deputado Roberto Andrade, pelo governador do Estado, por meio do Decreto Especial nº 676, publicado no Diário do Executivo do dia 18/12/2018.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. desembargador Marcelo Guimarães Rodrigues; desembargador Nelson Missias, presidente do Tribunal de Justiça do Estado; deputado federal Rodrigo de Castro, representando a Câmara dos Deputados; ex-deputado Durval Ângelo, conselheiro e ouvidor do Tribunal de Contas do Estado, representando o conselheiro presidente, Mauri Torres; Cel. Charles Baracho, representando o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Cel. Giovanne Gomes da Silva; e deputado Roberto Andrade, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença nesta solenidade dos excelentíssimos senhores desembargadores e ex-desembargadores. Conosco também os ex-deputados Zé Maia, Tiago Ulisses e Genival Tourinho.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Bombeiro Instrumental Orquestra Show – Bios –, sob a coordenação do Ten. Marcelo Barbosa.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Roberto Andrade

Saúdo o Exmo. Sr. deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa, representando nosso presidente; o Exmo. Sr. desembargador Marcelo Guimarães Rodrigues, homenageado desta noite; e o Exmo. Sr. presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Nelson Missias, que conheci nesta Casa. O senhor, como presidente da Amagis, e eu, como presidente da Anoreg, rodávamos por esses corredores à época de uma lei de organização judiciária. O senhor era muito ativo naquela época à frente da Amagis. Saúdo também o Exmo. Sr. deputado Rodrigo de Castro, que, além de parceiro em nossas andanças pela região, é nosso conterrâneo de Viçosa; e o Exmo. Sr. Durval Ângelo, conselheiro ouvidor do Tribunal de Justiça, até há pouco tempo nosso colega da Assembleia, sempre presente. É uma pessoa muito querida por todos os deputados. Muito obrigado, Durval, por prestigiar nosso evento. Cumprimento, ainda, o Exmo. Sr. Cel. Charles Baracho, representando o comandante-geral da Polícia Militar, Cel. Giovanne Gomes. Saúdo também a família do Dr. Marcelo, o Dr. Rodrigo, o Dr. Nahaniel, a Maria, sua esposa, o Vítor, o Danilo. Cumprimento também meus colegas de atividade, como o Ari Pires, hoje presidente da Anoreg, entidade que presidi por vários anos. Na sua pessoa, cumprimento todos os colegas da classe de notários e registradores aqui presentes, o Fernando, o Chico, o Maurício, o Eduardo Calais. Enfim, cumprimento todos aqui que são alunos, que são seguidores dos ensinamentos do Dr. Marcelo Guimarães Rodrigues.

Com muita alegria, vejo aqui a primeira pessoa para a qual fiz campanha eleitoral, em Viçosa, Mário Genival Tourinho, e o Sílvio Abreu Júnior, ex-deputados federais, que foram apoiados, há um tempo atrás, pelo meu pai, pela minha família. É um prazer ver aqui o Silvinho e o Genival Tourinho, que conheço de longa data. Eu não votava, mas já fazia campanha à época.

Senhoras e senhores, foi com uma profunda convicção que propus esta outorga do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao desembargador Marcelo Guimarães Rodrigues. Trata-se de um dos nomes mais respeitados da magistratura mineira e do direito público brasileiro, com longa ficha de serviços prestados à sociedade de nosso estado.

Antes, permita-me uma breve apresentação do homenageado. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o desembargador Marcelo Rodrigues ingressou na magistratura mineira como o 1º colocado no respectivo concurso público. É desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais por merecimento desde 2006. Foi titular da Vara de Registro Público do Fórum Lafayette e juiz efetivo da Corte do Tribunal Regional Eleitoral. Foi membro do Ministério Público mineiro, atuando como promotor em várias comarcas. É integrante do conselho editorial da Revista de Direito Imobiliário, da Comissão de Direito Notarial da Escuela Judicial de Latino América – está certa a minha

pronúncia, Chico, em espanhol? – e do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Foi consultor especial da comissão encarregada da elaboração do anteprojeto do Código de Normas do Extrajudicial do Estado de Minas Gerais, Provimento 260/2013. Estudioso do direito notarial e registro público, é palestrante e autor de várias obras prestigiadas no mundo jurídico. Verifica-se, portanto, que o Dr. Marcelo Rodrigues possui um extenso e admirável currículo.

Nos anos em que eu presidia a Anoreg, a Serjus, entidade que representa as mais de três mil serventias extrajudiciais de Minas Gerais, testemunhei de maneira privilegiada o incansável trabalho do ilustre magistrado na busca de uma relação harmoniosa entre o Tribunal de Justiça, a Corregedoria-Geral de Justiça e os notários e registradores mineiros. Estudioso e abnegado, o desembargador Marcelo possui indiscutível capacidade de propor e articular soluções institucionais entre os órgãos de Justiça e os serviços extrajudiciais, sempre colocando em primeiro lugar os interesses do povo mineiro.

Tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente no primeiro evento que promovi como presidente da associação, em 2007, na cidade de Uberlândia. Do primeiro contato até hoje, já se passaram 12 anos. Desde então, a amizade e a minha admiração por seu caráter e seu trabalho têm se tornado cada vez maiores e mais sinceras. Por diversas vezes, recorri à sua sabedoria e aos seus conselhos no desempenho de minhas funções tanto como oficial de registro de imóveis, quanto como presidente de entidade e, agora, como parlamentar.

Culto e ético, o desembargador Marcelo tem o respeito de seus pares no Tribunal de Justiça, onde se destaca pela paixão devotada às causas públicas e pela eficiência com que desempenha suas tarefas na 2ª Câmara Cível. É homem de rara inteligência e inquestionável talento, capaz de conciliar a erudição e a simplicidade em suas decisões. Sendo referência para os estudiosos de direito, faz por merecer a reputação de eminente doutrinador.

No momento em que a Justiça é constantemente instigada pela população a participar dos grandes debates nacionais, vejo no desembargador Marcelo as qualidades necessárias para enfrentar as transformações e os desafios que se colocam diante dos homens públicos deste país, afinal a capacidade de mediar solução de conflitos e de zelar pela segurança jurídica é um dos seus legados para o direito nacional. Tenho certeza de que o Dr. Marcelo ainda tem muito a contribuir para a Justiça de Minas e do Brasil.

Casado com Maria Santos Rocha, pai de Danilo e Vítor, o desembargador tem no seio familiar dois exemplos inspiradores. Um é seu pai, Nahaliel Pessoa Rodrigues, cardiologista que exerce sua função até hoje. Há 62 anos, exerce a função de médico. Hoje, já com 89 anos, ainda está trabalhando no mesmo hospital. Outro exemplo é sua mãe, Amarilis Leite Guimarães, violinista e estudiosa da música, que apresentou a primeira tese de mestrado em violino do Brasil. Certamente o desembargador Marcelo herda dos pais a vontade inesgotável de trabalhar pelo próximo e pelo bem comum.

Quando propus essa cidadania mineira ao desembargador Marcelo, eu disse que ele teria de se tornar torcedor de um time mineiro. Quando estou falando de time, estou falando de time, do Cruzeiro naturalmente. Mas aí, Durval, ele me veio com um argumento. Concordei que ele poderia continuar vascaíno. Rodrigo, você também é outro vascaíno. Ele me disse que o nosso querido Carlos Drummond de Andrade era vascaíno. Existe uma frase do Carlos Drummond que diz: “Não digo que sou vascaíno doente, pois doente é quem não é vascaíno”. Diante desse argumento de que o Carlos Drummond de Andrade, nosso maior mineiro, era vascaíno, o senhor fica mineiro, mas ainda torcedor do Vasco, como o Rodrigo de Castro e tantos outros.

Para encerrar, quero mais uma vez reiterar meu apreço por esse cordial amigo e brilhante profissional. Não há dúvidas de que seu trabalho é digno de aplausos e reconhecimento de todos os mineiros. Minas Gerais tem orgulho de acolher mais um grande nome como cidadão desta terra. Dr. Marcelo, meus mais sinceros parabéns pela justa e merecida homenagem. Boa noite a todos.

Entrega de Título

O locutor – Neste instante, o 1º-vice-presidente da Assembleia, deputado Antonio Carlos Arantes, representando o presidente da Casa, deputado Agostinho Patrus, juntamente ao deputado Roberto Andrade, autor do requerimento de concessão, farão a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao desembargador Marcelo Guimarães Rodrigues. A placa que

será conduzida pelo Dragão da Independência, Cb. Rogério Maia de Araújo, contém os seguintes dizeres: (- Lê:) “Cidadania honorária do Estado de Minas Gerais. O governador do Estado de Minas Gerais, atendendo a requerimento aprovado pela Assembleia Legislativa, de autoria do deputado Roberto Andrade, nos termos do decreto de 18/12/2018, concede ao Sr. Marcelo Guimarães Rodrigues o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento aos relevantes trabalhos prestados à sociedade mineira, consistentes nas contribuições à administração da Justiça”.

– Procede-se à entrega do título.

Palavras do Sr. Marcelo Guimarães Rodrigues

Boa noite a todos. Exmos. Srs. Deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, aqui representando o presidente desta Casa, deputado Agostinho Patrus; desembargador Nelson Missias de Moraes presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, meu colega e grande liderança da magistratura mineira e brasileira; deputado federal Rodrigo de Castro, representando a Câmara dos Deputados; deputado Roberto Andrade, meu dileto amigo e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Durval Ângelo, conselheiro ouvidor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, representando o conselheiro presidente Mauri Torres; e Cel. Charles Baracho, representando o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Cel. Giovanne Gomes da Silva.

Meus amigos, é uma trajetória de quase 32 anos. Aportei, no Estado de Minas Gerais, praticamente como, vou-me permitir dizer, um menino. Cheguei aqui com 26 anos de idade. Saí da minha cidade natal, o Rio de Janeiro, tendo logrado êxito no concurso para ingresso no Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Então aqui cheguei cheio de sonhos e esperanças, desejando, no meu íntimo, tão somente corresponder, isto é, estar à altura de corresponder às responsabilidades do meu cargo.

Iniciando essa trajetória, aportei em Minas Gerais, sem nunca antes ter tido a oportunidade de pisar neste solo mineiro, histórico e sagrado. Pois bem, daqui, eu nada conhecia; daqui, ninguém eu conhecia. Vim com a cara e a coragem. Tive a felicidade e a alegria de escolher, como minha primeira comarca, a comarca de Prados, muito próxima a São João del-Rei, e, lá chegando, em agosto de 1987, tive essa grande alegria, essa grande sorte de conhecer esse casal maravilhoso que aqui está presente: Cássio Eduardo Rosa Resende e Margarida Resende. O Cássio era o promotor de justiça de São João del-Rei, o mais antigo promotor, e a liderança do Ministério Público da região do Campo das Vertentes. O Cássio foi me receber, naquela tarde de agosto, no fórum da comarca de Prados, e lá nos conhecemos. Foi a minha primeira e grande sorte. Devo ao Cássio e à Margarida o acolhimento que poderia debitar apenas a uma situação de parentesco muito próximo, porque me trataram como se eu fosse um filho. Não vou dizer que eu seria um filho porque eles não são tão velhos assim, por isso digo que me trataram como um verdadeiro irmão e me acolheram na casa deles, na residência deles durante vários meses. Fui acolhido por esse casal.

A partir daquele momento, comecei vivenciando essa alegria contagiante do ser mineiro. Então posso dizer que, em boa medida, toda essa trajetória percorrida, nesses mais de 30 anos, iniciou-se por essa benção da oportunidade de ser acolhido, conhecer e desfrutar dessa amizade duradoura e leal de Cássio e Margarida.

Pois bem, segui o meu caminho. Fui promovido para outras comarcas e, posteriormente, decidi fazer concurso para ingresso na magistratura e logrei êxito no concurso. Segui a minha carreira. Nunca escolhi comarca e sempre enfrentei os desafios que me eram colocados, tanto é que posso dizer, com muita alegria, que este carioca, nascido na Zona Sul do Rio de Janeiro, conheceu boa parte do território mineiro. Estive no sertão das Minas Gerais, quase no Norte do Estado de Minas Gerais; estive no pontal do Triângulo Mineiro e no Campo das Vertentes, ou seja, em regiões muito diferentes. A partir dessa vivência, pude compreender, na vida real, aquilo que Guimarães Rosa já dizia, com muita propriedade: “Minas são muitas”. Aprendi e venho aprendendo, até hoje, a riqueza que é ser mineiro, a alegria que é saber a mineiridade. Aliás, neste momento, não digo que já seria um mestre da mineiridade, mas acho que já aprendi boas lições e, não me canso de dizer, que, no primeiro momento, aprendi a respeitar a cultura, a tradição e a

sabedoria do mineiro; depois aprendi a admirar, e hoje tenho a imensa alegria de compartilhar o ser e o saber mineiro. Sinto-me, de fato, mineiro.

Hoje tenho a grata felicidade de ter a minha certidão de nascimento mineira. (- Palmas.) Vou pedir para meu filho, que já é tabelião de notas, para lavrar a ata notarial. Realmente para mim foi um fato marcante, que mudou minha vida completamente. Hoje me sinto uma pessoa muito rica de experiência, de valores, de amizades e de conquistas. Sem dúvida alguma, a magistratura me propiciou todas essas oportunidades. Sou muito grato à carreira que escolhi seguir na minha vida, seguir a magistratura mineira.

Apenas para finalizar, gostaria de lembrar um outro carioca, Alceu Amoroso Lima, cujo pseudônimo era Tristão Ataíde, que refletiu, em poucas palavras, essa essência tão rica e tão ímpar da mineiridade. Os mineiros são propriamente conhecidos pelos excessos de suas qualidades. Mineiro não é pessimista, ele é previdente. Mineiro não é desconfiado, ele é reservado. Mineiro não é pão-duro, ele é precavido. Amor à conversa e tédio à controvérsia. Muito obrigado a todos.

Palavras do Presidente

Exmos. Srs. Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Nelson Missias; Desembargador Marcelo Guimarães Rodrigues, nosso homenageado; deputado Rodrigo de Castro, grande amigo; deputado Roberto Andrade, também um grande amigo e companheiro, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Durval Ângelo, conselheiro ouvidor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, representando o conselheiro presidente Mauri Torres; e Cel. Charles Baracho, representando o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Cel. Giovanne Gomes da Silva. Gostaria também de cumprimentar todas as autoridades presentes, os desembargadores e seus familiares.

“Minas é a montanha, o espaço erguido, a constante emergência, a verticalidade esconsa, o esforço estático, a suspensa região que se escala. O quanto que envaidece e intranquiliza, entidade tão vasta, feita de celebridade e lucidez, de cordilheira e história. De que jeito dizê-la? Minas: patriazinha. Minas – a gente olha, se lembra, sente, pensa.” Assim começa um texto clássico do escritor João Guimarães Rosa, publicado em 1957. É uma declaração de amor ao Estado de Minas Gerais. É esta Minas que ganha agora mais um filho, que já era do seu de coração, o desembargador Marcelo Guimarães Rodrigues.

O título de Cidadão Honorário é resultado de sua brilhante carreira, marcada pela intensa dedicação a tudo que faz, em uma trajetória que, de modo muito especial, enraíza-se nas terras mineiras.

Nos anos de 1980, atuou no Ministério Público de Minas Gerais como promotor de justiça, nas comarcas de Barbacena, Curvelo, São João del-Rei e Prados. Nosso homenageado também foi juiz de direito titular nas comarcas de Belo Horizonte, Barbacena, Sete Lagoas, Frutal e Cláudio. Desse modo, o Dr. Marcelo Rodrigues, nascido no dia de Natal, em 1960, foi se impregnando pouco a pouco da mais autêntica mineiridade.

Na magistratura estadual, o Dr. Marcelo ingressou na carreira em 1989 como o primeiro colocado no concurso público. Também atuaria como juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Desembargador desde 2006, vinculado à 2ª Câmara Cível, é também escritor de livros jurídicos, e suas publicações são hoje referência especialmente na área no direito notarial. Recentemente, foi lançada a 3ª edição ampliada, revisada e atualizada do Código de normas dos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais: comentado. A obra contém densa doutrina das atividades reguladas na Lei dos Registros Públicos, na Lei dos Cartórios, na Lei de Protesto, e abarca a legislação correlata e os provimentos da Corregedoria Nacional de Justiça, comentados pelo autor.

O magistrado é ainda autor de dezenas de artigos e de palestras jurídicas proferidas em congressos e encontros no Brasil e no exterior. Trouxe novos conhecimentos para questões como a usucapião extrajudicial, o Novo Código de Processo Civil e o sistema de publicidade registral imobiliária, entre muitos assuntos abordados.

A obra do Dr. Marcelo Guimarães tem sido consultada, ao longo do tempo, por oficiais registradores, tabeliães de notas e de protesto, escreventes e advogados com atuação em direito civil, direito de família, direito imobiliário e direito empresarial, magistrados, membros do Ministério Público e da Corregedoria-Geral de Justiça. Sua obra é indispensável também para os candidatos a concursos públicos de outorga das delegações dos serviços de tabelionatos e de registros públicos do Estado de Minas Gerais, empresários do ramo imobiliário e agentes públicos e privados do sistema financeiro habitacional e de órgãos de regulação fundiária.

Chama a atenção na trajetória do magistrado, entre outros aspectos, sua preocupação em aproximar o Judiciário da sociedade, procurando, assim, combater a opacidade do sistema judicial e sua distância social, uma das principais questões que aflige o Judiciário contemporâneo.

Em um dos seus excelentes ensaios, o desembargador reconhece que temos hoje uma Justiça incomparavelmente melhor, mais acessível e democrática, balizada pelos ideais de renovação, modernização e aperfeiçoamento. É, enfim, uma instituição indispensável à garantia do Estado Democrático de Direito. Ao mesmo tempo, identifica uma saudável mudança de rumo, a fim de transpor a cultura burocrática para uma cultura da gestão pela qualidade voltada para servir o cidadão.

Nas palavras de Marcelo Rodrigues, “do juiz do século XXI se exige mais do que saber técnico. Várias outras habilidades deve ele reunir, dentre elas interagir com o meio social, ter formação também para conciliar e a capacidade de gestão da coisa pública... com todos os desafios que representa fazê-lo... numa jovem democracia, permeada por uma sociedade plural e profundamente desigual, na qual a educação e o ensino, responsáveis... têm muito que evoluir”. Nessa perspectiva, o magistrado ressalta a importância do bom relacionamento entre a classe extrajudicial e o Poder Judiciário.

Comandando um grupo de trabalho integrado por magistrados e servidores de alto nível, tem colaborado com propostas concretas de aperfeiçoamento e otimização do Fundo Especial de Reaparelhamento do Poder Judiciário mineiro.

Incansável, destaca-se ainda por sua atuação no magistério jurídico há mais de 20 anos, como professor em cursos de formação para ingresso na carreira da magistratura da Escola Judicial Edésio Fernandes, no TJMG, ou em cursos de registros públicos e direito notarial, na Fundação Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais, para citar apenas duas de suas atuações nessa área.

Em outra frente, o Dr. Marcelo Guimarães Rodrigues tem destacado a preocupação do Poder Judiciário, no Estado e no País, com a melhoria das condições de trabalho dos pequenos cartórios, num contexto em que a sociedade demanda rapidez e avanços tecnológicos.

Assim, toda a sua atuação é respaldada por um imperativo ético, assim conceituado pelo próprio desembargador: “A idoneidade profissional exige estudo e exercício inteligente e constante da profissão. No que concerne às profissões jurídicas, o estudo deve abranger (a) a normatividade; (b) aos fatos e situações concretas; e (c) a peculiar aplicação das normas a esses fatos e situações (interpretação)”.

Podemos mesmo afirmar que toda a sua vivência de magistrado, nos mais diversos níveis, consubstancia-se na sua visão do direito empenhado à causa pública, no aprimoramento dos serviços prestados à população do Estado, órgãos públicos e pessoas jurídicas, agindo como o soldado que não escolhe desafios.

Receba, pois, caro amigo, o pleno reconhecimento do povo de Minas Gerais ao dinamismo do cidadão, escritor e desembargador, personagem de uma notável história de sucesso, à qual se somam o afeto e o carinho de nossa gente. Muito obrigado!

Apresentação Musical

O locutor – Neste momento, convidamos os presentes a apreciar mais uma apresentação da Bombeiro Instrumental Orquestra Show – Bios –, que nos apresentará as seguintes músicas: A Night in Tunisia, de Dizzy Gillespie; Watermelon man, de Herbie Hancock.

A Bios é composta por 10 músicos, distribuídos em saxofones, clarinetes, trombones, trompetes, guitarra, baixo, teclado, bateria e percussão. Buscou-se, nessa formação, a possibilidade de se tocar uma variedade muito grande de estilos, mas tendo como base principal o jazz e a bossa nova.

Em nome do 1º vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Antonio Carlos Arantes, que preside esta solenidade, e do deputado Roberto Andrade, autor do requerimento que deu origem a ela, aproveitamos o momento para, desde já, agradecer à Bombeiros Instrumental Orquestra Show – Bios – e aos Dragões da Inconfidência a participação nesta solenidade.

– Procede-se à apresentação musical.

O presidente – Parabéns a esta orquestra fantástica dos bombeiros. Vamos aproveitar para agradecer, porque vocês sabem que todo mundo tem um carinho especial pelos bombeiros, que têm feito um bellissimo trabalho. Na questão de Brumadinho, realmente, vocês têm feito a diferença. Então, mais uma vez, palmas para os nossos bombeiros. Parabéns!

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 26, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/3/2019

Às 14h48min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Léo Portela, Celinho Sintrocel e Cleitinho Azevedo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Léo Portela, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Elke Andrade Soares de Moura, procuradora-geral junto ao Tribunal de Contas do Estado (1º/3/2019); e do Sr. Max Casado de Melo, advogado da União da Procuradoria da União no Estado (21/2/2019). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 5.076/2018, no 1º turno (deputado Celinho Sintrocel), Projeto de Lei nº 5.487/2018, no 1º turno (deputado Professor Irineu). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a presença do deputado Professor Irineu. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.076/2018, na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Celinho Sintrocel). É convertido em diligência, a requerimento do respectivo relator, o Projeto de Lei nº 5.487/2018, no 1º turno, ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 168/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: 7 a 11, 94, 102, 103, 159, 229, 234, 235, 384 e 385/2019. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 12/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Sapucaí-Mirim;

nº 13/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Piranguinho;

nº 14/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Pouso Alegre;

nº 15/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Elói Mendes;

nº 16/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Soledade de Minas;

nº 17/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Silvianópolis;

nº 18/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Santa Rita de Caldas;

nº 19/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Congonhal;

nº 20/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Munhoz;

nº 21/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Borda da Mata;

nº 22/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Jacutinga;

nº 23/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Monte Sião;

nº 24/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Ouro Fino;

nº 25/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Albertina;

nº 27/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Itajubá;

nº 28/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Poços de Caldas;

nº 29/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Paraisópolis;

nº 30/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a pavimentação asfáltica do trecho de rodovia que liga o Município de Jacutinga à divisa com o Estado de São Paulo, no sentido do Município de Espírito Santo do Pinhal (SP);

nº 43/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a urgência da pavimentação asfáltica do trecho de rodovia que liga o Município de Jacutinga à divisa com o Estado de São Paulo, no sentido do Município de Espírito Santo do Pinhal (SP);

nº 44/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Itanhandu;

nº 46/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Três Pontas;

nº 143/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para que a ponte localizada ao final da Rua Maria Amélia de Souza Pedrosa, no Município de Fervedouro, seja recuperada, de modo a permitir novamente o tráfego de veículos no local, pois, nos termos da solicitação do vereador Waltencir Barbosa da Silva, a indisponibilidade de citada estrutura prejudica o acesso dos moradores da região à cidade;

nº 156/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para que seja construída uma ponte em Córrego da Rosa Verde, no Município de Fervedouro, uma vez que a antiga ponte foi levada pela chuva em 2018 e os moradores estão com dificuldade para ter acesso a suas residências;

nº 563/2019, do deputado Doorgal Andrada, em que requer seja encaminhado à Intendência da Cidade Administrativa e à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans – pedido de providências para que essas instituições determinem, conjuntamente, a proibição da circulação de ônibus coletivos no entorno da Cidade Administrativa aos sábados.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2019.

Léo Portela, presidente – Celinho Sintrocel – Cleitinho Azevedo.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/3/2019

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Guilherme, Coronel Henrique, Fábio Avelar de Oliveira e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 570/2019, do deputado Fábio Avelar de Oliveira, em que requer seja encaminhado à Federação Mineira de Futebol pedido de informações a respeito da viabilidade de realização de partidas de jogos amadores preliminares às partidas do campeonato mineiro;

nº 572/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Esportes pedido de providências para que, ao longo do ano, sejam mantidas atividades esportivas destinadas a crianças e adolescentes do Município de Brumadinho.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2019.

Zé Guilherme, presidente – Coronel Henrique – Fábio Avelar de Oliveira.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/3/2019

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho Sintrocel, André Quintão e Betão, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Coronel Henrique. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência enviada por meio do Fale com as Comissões: *e-mails* dos cidadãos Gilberto Nunes Vieira, posicionando-se contrariamente à reforma da previdência; e Leonardo Santos, solicitando apoio dos deputados diante da possibilidade de privatização da MGS – Minas Gerais Administração e Serviços – e consequente demissão dos empregados. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Sonia de Castro Neves (2), chefe do gabinete da Presidência do Petróleo Brasileiro S.A. (23/1/2019); e dos Srs. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (16/1/2019); e José Wanderley Uchoa Barreto, chefe de gabinete do Ministério de Minas e Energia (31/1/2019). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais redistribuiu a relatoria aos deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nºs 5.485/2018, em turno único (deputado André Quintão); 876 e 1.585, ambos no 1º turno, e 2.006 3.002/2015, ambos em turno único (deputado Celinho Sintrocel); 3.782/2016 e 5.204/2018, ambos em turno único (deputada Marília Campos); e 1.162/2015, no 1º turno (deputado Mário Henrique Caixa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2, 48 e 75/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 139/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais pela atuação junto à Comunidade Parque da Cachoeira, no Município de Brumadinho;

nº 219/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos empreendimentos atingidos pela Barragem I da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho;

nº 259/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a situação dos trabalhadores e da população atingida pelo rompimento das barragens da Mineração Rio Verde, em Nova Lima (2001), da Mineração Rio Pomba Cataguases, em Mirai (2007), da Mineração Herculano, em Itabirito (2014), e da Vale - Samarco, em Mariana (2015);

nº 260/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir as condições de trabalho, saúde e segurança nas barragens de Minas Gerais;

nº 261/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a proposta e o plano de descomissionamento de barragens da Vale em Minas Gerais;

nº 262/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir as condições de trabalho do cuidador de idoso e a regulamentação de sua profissão;

nº 263/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para fazer um balanço e discutir os impactos da Lei nº 13.467, de 2017, que promoveu mudanças na legislação trabalhista e sindical do País;

nº 265/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir as modificações nos ajustes das proteções de linhas e redes elétricas da Cemig;

nº 266/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Coronel Fabriciano, para debater o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Aço – PDDI-RMVA;

nº 267/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Estatuto do Trabalho que tramita no Congresso Nacional, proposto pelo senador Paulo Paim;

nº 268/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Brumadinho, no dia 28 de abril, em comemoração do Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho e do Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidente de Trabalho;

nº 269/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública, em Divinolândia de Minas, para discutir a situação da assistência social no município;

nº 270/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais – Ipsemg;

nº 271/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o processo de fechamento das bases de atendimento, operação e manutenção da Cemig em municípios do interior do Estado;

nº 272/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública, em Timóteo, para discutir a situação atual das perícias médicas do INSS, bem como as altas e o cancelamento de benefícios previdenciários no município;

nº 273/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada visita às Barragens Açude de Água Limpa e de Rejeitos de Recirculação de Água, do empreendimento Piteiras Mineração Ltda., bem como às Barragens Alcindo Vieira, Borrachudo, Borrachudo II, Cambucal I, Cambucal II, Cemig I, Cemig II, Conceição, Itabiruçu, Jirau, Piabas, Pontal, Rio do Peixe, Santana, Cordão Nova Vista, Dique 2 Pontal, Dique 3 Pontal, Dique 4 Pontal, Dique 5 Pontal, Dique 105 I, Dique do Quinzinho, Dique Ipoema, Dique Minervino, Dique Rio do Peixe e Dique Três Fontes, todas da Vale, no Município de Itabira, para averiguar as condições de trabalho, saúde e segurança;

nº 274/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada visita às Barragens Lagoa da Anta, da Usiminas, e Rolim, do empreendimento Pedreira Rolim, no Município de Ipatinga, para averiguar suas condições de trabalho;

nº 275/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada visita às barragens de contenção de rejeitos CDS II e dique de contenção de finos (sedimentos) do Córrego do Sítio, empreendimentos da AngloGold Ashanti Córrego do Sítio Mineração, bem como às Barragens Athayde, Captação, Pocilga e Principal, empreendimentos da Vale, no Município de Santa Bárbara, para averiguar suas condições de trabalho;

nº 276/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada visita às Barragens Tanque de Concentração de Rejeito 1 e Tanque de Concentração de Rejeito 2, empreendimentos Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção Ltda., bem como às Barragens B 3, Córrego do Canal (Sul), Dique da Estrada de São Gonçalo (Dicão) e Dique da Pilha 3, todas empreendimentos Vale, no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, para averiguar suas condições de trabalho;

nº 277/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada visita às Barragens Dique 2, Dique A, Dique B, Dique C, Dique do Patrimônio, Dique dos Ingleses, Dique Fazendinha do Sul Inferior, Sul Superior e de Rejeitos Norte/Laranjeiras, todas empreendimentos da Vale, bem como à Barragem de Contenção de Rejeitos Sem Nome, empreendimento Gandarela Minérios Ltda., no Município de Barão de Cocais, para averiguar suas condições de trabalho;

nº 278/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada visita às Barragens Alder Souza, Santo Antônio, Malaquias e Barragem Sem Nome, empreendimentos da Alexandrita Mineração Comércio e Exportação Ltda., bem como à Barragem Voçoroca, empreendimento GO4 Participações e Empreendimento S. A., e às Barragens 1 – Acumulação de Água, 2 – Rejeitos e 3 – Acumulação de Água, empreendimentos Master Minerais Ltda., no Município de Antônio Dias, para averiguar as condições de trabalho;

nº 279/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada visita às Barragens Batatinha e Pé de Serra, empreendimentos Cimeca Comércio e Indústria de Minérios e Metais Caxambu Ltda., bem como às barragens da Porteirinha, Diogo, Monjolo e Elefante, todas empreendimentos Vale, no Município de Rio Piracicaba, para averiguar as condições de trabalho;

nº 280/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada visita às Barragens Bacia 1, Bacia 7, Bacia 8, Bacia 9, Bacia 15, Bacia 16 e Bacia 17, sendo todas empreendimentos ArcelorMittal Brasil S. A., no Município de Bela Vista de Minas, para averiguar as condições de trabalho;

nº 312/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir o processo de negociação entre os sindicatos representantes dos trabalhadores diretos e terceirizados da Vale, a empresa, o Ministério Público do Trabalho e a Defensoria Pública da União no processo que tramita na 5ª Vara da Justiça do Trabalho de Betim;

nº 540/2019, da deputada Leninha, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da reforma da Previdência na vida dos trabalhadores rurais;

nº 561/2019, da deputada Marília Campos e do deputado Celinho Sintrocel, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a reforma da Previdência e seu impacto para as trabalhadoras e trabalhadores aposentados e da ativa do INSS;

nº 562/2019, da deputada Marília Campos e do deputado Celinho Sintrocel, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a reforma da Previdência e seu impacto para os servidores públicos;

nº 567/2019, dos deputados André Quintão e Celinho Sintrocel, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a proposta da reforma da Previdência no que diz respeito ao benefício de prestação continuada – BPC – ,que aumenta a idade para acesso, altera o valor e a desvincula do salário mínimo;

nº 578/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convidada a Comissão de Direitos Humanos, para debater a precarização das relações de trabalho na cafeicultura, bem como os reiterados casos de trabalho análogo à escravidão na cadeia produtiva do café;

nº 579/2019, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à diretoria da Mercedes Benz da unidade Juiz de Fora pedido de informações sobre a notícia da interrupção da produção do caminhão Actros e a transferência da base de importação da Sprinter Van para o Estado do Espírito Santo, considerando que a montadora, que completa em abril 20 anos de presença na cidade, emprega 1.130 trabalhadores diretos e em torno de 550 indiretos na produção do Actros e na pintura de cabines para caminhões, com uma importante fonte de arrecadação para a cidade, favorecendo o seu desenvolvimento econômico, observando-se ainda que a montadora obteve desde o início de sua instalação significativas isenções fiscais do Estado e do município, o que coloca como imperativo uma explicação da direção da empresa sobre o futuro da fábrica na cidade e no Estado, questões que preocupam os trabalhadores, representados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora;

nº 598/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater as propostas de mudança na Previdência – em especial a Proposta de Emenda à Constituição nº 6 e as Medidas Provisórias nºs 871 e 873 – apresentadas pelo governo federal e seus impactos e efeitos sobre os trabalhadores e trabalhadoras rurais;

nº 599/2019, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos servidores do Ipsemg em razão do Projeto de Lei nº 367/2019, de autoria do Executivo, que trata da reforma administrativa do Estado;

nº 600/2019, dos deputados Betão, Celinho Sintrocel e Coronel Henrique, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Juiz de Fora, em 12/4/2019, para debater a transferência das atividades da montadora Mercedes-Benz de Minas Gerais para outros estados;

nº 601/2019, dos deputados Cristiano Silveira e Celinho Sintrocel, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo federal;

O Requerimento nº 297/2019, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a proposta de desvinculação dos benefícios do valor do salário mínimo prevista na proposta de reforma da Previdência é prejudicado nos termos do inciso I do art. 284 do Regimento Interno. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente – Betão – Ulysses Gomes.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/3/2019

Às 14h55min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire, Gustavo Valadares e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 527/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos bolsistas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –, tendo em vista os atrasos e cortes em bolsas e projetos financiados pela referida fundação;

nº 559/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o fortalecimento dos conselhos municipais de meio ambiente por meio dos planos municipais de conservação e recuperação da mata atlântica;

nº 560/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a situação das águas no Planeta Terra, especialmente em Minas Gerais, no dia 22 de março, Dia Mundial da Água.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2019.

Cássio Soares, presidente – André Quintão – Beatriz Cerqueira.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/3/2019

Às 11h8min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Delegada Sheila e Ana Paula Siqueira e o deputado Cássio Soares, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Delegada Sheila, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.504/2017, em turno único, do qual designou como relator o deputado Gustavo Mitre. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.874 e 11.881/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Gustavo Mitre. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 526/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as ações de prevenção do uso abusivo de álcool e outras drogas durante o carnaval de Belo Horizonte e em eventos de grande impacto. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. Foi ouvido o Sr. Aloísio Andrade, presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas de Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de março de 2019.

Delegada Sheila, presidente – Ana Paula Siqueira – Gustavo Mitre.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/3/2019

Às 17h11min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Cássio Soares, Inácio Franco e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Sávio Souza Cruz, Celinho Sintrocel, João Magalhães e Bartô. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A seguir, determina a anexação das notas taquigráficas da reunião anterior. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o acordo de procedimentos para a condução dos trabalhos da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 694/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a presença do Superintendente Regional do Trabalho em Belo Horizonte, acompanhado dos auditores do trabalho que estejam atuando no processo de investigação do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25/1/2019;

nº 695/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a participação do delegado Rodrigo de Melo Teixeira, superintendente regional da Polícia Federal em Minas Gerais, acompanhado dos demais delegados integrantes da força-tarefa responsável pela investigação do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25/1/2019;

nº 698/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a presença do representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração Mineral e de Pesquisa, Prospecção, Extração e Beneficiamento do Ferro e Metais Básicos e Demais Minerais Metálicos e Não Metálicos de Brumadinho – Metabase –, para subsidiar o trabalho da comissão instalada para investigar as causas do rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25/1/2019;

nº 699/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a presença do chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, acompanhado dos demais delegados e peritos em engenharia integrantes da força-tarefa responsável pela investigação do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25/1/2019;

nº 700/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a presença das Sras. Clara Paiva, representante do Movimento Águas e Serras de Casa Branca; Maria Teresa Corujo, representante do Fundo Social Ambiental Casa; Vera Braumer, representante do Movimento Gandarela; e do Sr. Júlio Grilo, ex-superintendente do Ibama em Minas Gerais, para subsidiarem o trabalho da comissão instalada para investigar as causas do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019;

nº 701/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a presença da Sra. Raquel Gomes de Souza Dias, defensora pública do Estado, integrante da força-tarefa responsável pela investigação do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019;

nº 702/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a presença da Sra. Adriana Augusta de Moura Souza, procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho, acompanhada dos demais procuradores do trabalho integrantes da força-tarefa responsável pela investigação do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019;

nº 703/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a presença da Sra. Andressa de Oliveira Lanchotti, promotora de justiça, integrante da força-tarefa responsável pela investigação do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019;

nº 704/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a presença do coordenador adjunto e do superintendente de Gestão de Desastres da Defesa Civil do Estado de Minas Gerais, para subsidiar o trabalho da comissão, instalada para investigar as causas do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019;

nº 705/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a presença do comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, para subsidiar o trabalho da comissão, instalada para investigar as causas do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019;

nº 706/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a presença do Sr. José Adércio Leite Sampaio, procurador da República, integrante da força-tarefa responsável pela investigação do rompimento da Barragem do Córrego de Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019;

nº 707/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a presença do comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, para subsidiar o trabalho da comissão, instalada para investigar as causas do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019;

nº 708/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a presença do prefeito de Brumadinho, para subsidiar o trabalho da comissão, instalada para investigar as causas do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019;

nº 709/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a presença do presidente Câmara de Vereadores de Brumadinho, para subsidiar o trabalho da comissão, instalada para investigar as causas do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019;

nº 710/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a presença dos prefeitos dos municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, para subsidiarem o trabalho da comissão, instalada para investigar as causas do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019;

nº 711/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a presença do representante do Movimento Somos Todos Brumadinho, para subsidiar o trabalho da comissão, instalada para investigar as causas do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019;

nº 712/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a presença do representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB –, para subsidiar o trabalho da comissão, instalada para investigar as causas do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019;

nº 713/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a presença do representante do fórum que congrega os sindicatos indicados, para subsidiar o trabalho da comissão instalada para investigar as causas do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019;

nº 714/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada visita da comissão à aldeia Pataxó localizada no Município de São João de Bicas, impactada pelo rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019;

nº 715/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Brumadinho, com convite extensivo a toda a comunidade local, bem como aos prefeitos e vereadores dos municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do rio Paraopeba, para debater o rompimento, e seus reflexos, da barragem de rejeitos da Vale em 25/1/2019;

nº 716/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem sejam convocados a comparecer a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Brumadinho os Srs. César Augusto Paulino Grandchamp, geólogo da Vale; Ricardo de Oliveira, gerente de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do complexo minerário da Vale; Rodrigo Artur Gomes Melo, gerente executivo operacional da Vale; Makoto Namba e André Jum Yassuda, engenheiros da Tüv Süd Brasil, empresa alemã contratada pela mineradora para a realização de auditorias na área de barragens; Renzo Albieri Guimarães Carvalho, Cristina Heloísa da Silva Malheiros e Artur Bastos Ribeiro, integrantes da gerência de geotecnia da Vale; Alexandre de Paula Campanha, gerente executivo de geotecnia corporativa da Vale; Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo, Felipe Figueiredo Rocha e Hélio Márcio Lopes da Cerqueira, integrantes do setor de gestão de riscos geotécnicos da Vale; e Joaquim Pedro de Toledo, gerente executivo de geotecnia operacional da Vale, a fim de subsidiarem os trabalhos da referida comissão, instalada com o objetivo de apurar, como fato determinado, as causas do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora em 25/1/2019, no Município de Brumadinho;

nº 717/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja o Sr. Gerd Peter Poppinga, diretor executivo de Ferrosos da Vale, convocado a comparecer a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Brumadinho, cujo depoimento tem por objetivo subsidiar os trabalhos da comissão no intuito de apurar as causas do rompimento de barragem de rejeitos da Vale em 25/1/2019, no Município de Brumadinho;

nº 718/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja convocado o Sr. Fábio Schwartsman, presidente da Mineradora Vale na época do rompimento de barragem de rejeitos no Município de Brumadinho, cujo depoimento tem por objetivo subsidiar os trabalhos da comissão no intuito de apurar as causas do rompimento de barragem de rejeitos da Vale em 25/1/2019;

nº 719/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações substanciadas na relação dos nomes das vítimas fatais e dos desaparecidos em razão do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019, discriminando-se os trabalhadores e prestadores de serviços da Vale que faleceram no incidente ou estejam desaparecidos;

nº 720/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações consubstanciadas em cópia integral dos autos dos inquéritos policiais, atualmente em andamento ou concluídos, que investigam o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019, e o rompimento da Barragem do Córrego do Fundão, em Mariana, em 5/11/2015, e os crimes, em tese, que ocorreram em razão dos referidos rompimentos;

nº 721/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado pedido de providências à Superintendência da Polícia Federal no Estado com vistas a que seja enviada à comissão cópia integral dos autos dos inquéritos policiais, atualmente em andamento ou concluídos, que investigam o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019, e o rompimento da Barragem do Córrego do Fundão, em Mariana, em 5/11/2015, e os crimes, em tese, que ocorreram em razão dos rompimentos;

nº 727/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado à procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho pedido de providências para que envie cópia do inquérito sobre o acidente de trabalho e o rompimento da Barragem de Córrego do Feijão, em Brumadinho, e dos autos do Processo nº 0010080-15.2019.5.03.0142 da 5ª Vara Trabalhista de Betim;

nº 732/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado ao comandante do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais pedido de providências para que envie cópia dos seguintes documentos: relatório das atividades de buscas em Brumadinho e daquelas em andamento; planejamento das futuras atividades de busca; análise dos riscos oriundos das atividades desenvolvidas e do contato dos rejeitos após o rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão;

nº 733/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado à Vale pedido de informações consubstanciadas em documento que discrimine os investimentos da empresa em segurança de barragens, bem como em saúde e segurança no trabalho na Mina Córrego do Feijão nos últimos cinco anos, apresentando a evolução de gastos nessas áreas; na relação de empresas que faziam as medições dos piezômetros na barragem rompida; e na relação dos contratos celebrados com as empresas terceirizadas nos últimos 24 meses para atuação na Mina Córrego do Feijão;

nº 735/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de providências para que envie cópia do Processo nº 5013909-51.2019.8.13.0024, na 22ª Vara Civil de Belo Horizonte, que contém a situação da Barragem do Córrego do Feijão;

nº 737/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado à presidência desta Casa pedido de providências para que seja criado um disque-denúncia de fácil acesso ao cidadão, com ampla divulgação pelos canais da ALMG, que funcionará no âmbito do Poder Legislativo Estadual, para receber denúncias da população relacionadas ao rompimento da barragem de rejeitos da Vale em 25/1/2019, no Município de Brumadinho, a serem encaminhadas a esta comissão;

nº 738/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado à Vale pedido de informações consubstanciadas em cópia dos estudos internos elaborados pela empresa, aos quais o Ministério Público do Estado teve acesso, em que a empresa constata que os custos financeiros que teria em razão de indenizações e reparações de danos em caso de eventual rompimento da barragem seriam inferiores ao da paralisação da atividade econômica necessária à reparação da estrutura da barragem, conforme mencionado pela Sra. Marta Alves Larcher, coordenadora das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado, em audiência pública promovida pela Comissão de Segurança Pública desta Casa em 26 de fevereiro de 2019;

nº 739/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de providências para que encaminhe a esta comissão a cópia dos estudos internos elaborados pela Vale aos quais o Ministério Público do Estado teve acesso, nos quais a empresa constata que os custos financeiros que teria em função de indenizações e reparações de danos em caso de eventual rompimento da barragem seriam inferiores ao da paralisação da atividade econômica necessária à reparação da estrutura da barragem, conforme mencionado pela Sra. Marta Alves Larcher, coordenadora das promotorias de justiça de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado, em audiência pública promovida pela Comissão de Segurança Pública, em 26/2/2019. - Aprovada a proposição;

nº 740/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado à Vale pedido de informações consubstanciadas em relatório sobre o histórico de utilização da Barragem B1 da Mina Córrego do Feijão, de propriedade da empresa, desde sua construção até seu rompimento, especificando, entre outros dados, as empresas que utilizaram o barramento para depósito de rejeitos ou resíduos, a composição e os quantitativos dos materiais depositados, ano a ano, e o volume dos líquidos, detalhando o tipo e a origem, acumulados na barragem e extraídos pelos drenos, ano a ano; e na lista dos processos de licenciamento ambiental relacionados à estrutura;

nº 741/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Mineração pedido de providências com vistas a que envie a esta comissão cópia dos documentos listados, referentes à Barragem B1, da Mina Córrego do Feijão, de propriedade da Vale, preferencialmente em mídia eletrônica;

nº 744/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências com vistas a que sejam enviados a esta comissão os documentos listados, referentes ao processo de licenciamento ambiental à barragem B1 da Mina Córrego do Feijão, de propriedade da Vale, bem como todos os documentos relativos às fiscalizações empreendidas por essa secretaria ao longo da existência da referida barragem, acompanhados dos respectivos autos de infração porventura lavrados;

nº 745/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado à Vale pedido de informações consubstanciadas na lista dos trabalhadores, diretos e terceirizados, alocados na planta da mina e na barragem de Córrego do Feijão, especificando os respectivos cargos e funções, bem como das pessoas presentes no local na ocasião do rompimento da Barragem B1, em 25 de janeiro de 2019;

nº 752/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Inácio Franco, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Bartô, Celinho Sintrocel e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado ao

procurador-geral de justiça, ao procurador-geral da República, ao chefe da Polícia Civil e ao diretor-geral da Polícia Federal pedido de informações consubstanciadas em cópias dos inquéritos relativos às seguintes ocorrências: rompimento de barragem de rejeitos da Mineração Rio Verde em Macacos, no Município de Nova Lima, em 18/6/2001; rompimento de barragem de rejeitos da Mineração Rio Pomba Cataguases Ltda. no Município de Miraf, em 3/3/2006; rompimento de duas barragens de rejeitos da Mineração Rio Pomba Cataguases Ltda. no Município de Miraf, em 10/1/2007; rompimento de mineroduto da Samarco em São Sebastião da Barra, no Município de Espera Feliz, em 26/7/2010; rompimento da barragem de rejeitos denominada B1, da Herculano Mineração, no Município de Itabirito em 10/9/2014; rompimento da barragem de rejeitos denominada Fundão, da Samarco, da Vale e da BHP Biliton Mineração, em Bento Rodrigues, no Município de Mariana, em 5/11/2015; rompimento de mineroduto da Anglo American no Município de Santo Antônio do Gama, em 12/3/2018; e rompimento de mineroduto da Anglo American no Município de Santo Antônio do Gama, em 29/3/2018, especificando os desdobramentos dos referidos inquéritos;

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de março de 2019.

Gustavo Valadares, presidente – Sargento Rodrigues – André Quintão – Cássio Soares – Noraldino Júnior – Beatriz Cerqueira – Bartô.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/3/2019

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Virgílio Guimarães, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco, Glaycon Franco e Cássio Soares, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados João Magalhães, Osvaldo Lopes, Leonídio Bouças e Guilherme da Cunha, membros da Comissão de Administração Pública; a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bruno Engler, Charles Santos e Guilherme da Cunha, membros da Comissão de Constituição e Justiça; e a deputada Marília Campos e os deputados Hely Tarquínio e Professor Cleiton, membros da Comissão de Saúde. Estão presentes também a deputada Delegada Sheila e os deputados Sávio Souza Cruz, Arlen Santiago, André Quintão, Gustavo Valadares, Luiz Humberto Carneiro, Celinho Sintrocel, Bosco, Tadeu Martins Leite, Ulysses Gomes, Noraldino Júnior, Cristiano Silveira, Gustavo Santana, Zé Guilherme, Professor Cleiton e Bartô. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião dessas comissões nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater os Projetos de Lei nºs 367/2019, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo e dá outras providências, e 368/2019, que incorpora a Escola de Saúde Pública – ESP-MG – à estrutura da Secretaria de Estado de Saúde – SES –, nos termos do inciso I do § 4º do art. 14 da Constituição do Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Luisa Cardoso Barreto, assessora da Vice-Governadoria; Núbia Roberta Dias, diretora do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde; Maria Abadia de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Sisipsemg; e Lenira de Araújo Maia, diretora-geral da Escola de Saúde Pública; e os Srs. Custódio Antônio de Mattos, secretário de Estado de Governo; Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão; José Geraldo de Oliveira Prado, secretário adjunto de Estado de Governo; Aloísio Antônio Andrade de Freitas, presidente do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas – Conead; e Fabrício Henrique dos Santos Simões, secretário de Saúde de Pedro Leopoldo. A presidência concede a palavra aos deputados para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência encerra a reunião por decurso do prazo regimental, convoca

os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, no dia 20/3/19 às 15h15min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 2019.

Hely Tarquínio, presidente – Beatriz Cerqueira – Laura Serrano – Guilherme da Cunha – Dalmo Ribeiro Silva.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 26/3/2019****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em turno único, do Veto nº 9/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.152, que estabelece diretrizes para a implementação de ações de prevenção e controle do diabetes em crianças e adolescentes matriculados nas escolas das redes pública e privada de ensino no Estado. (Faixa constitucional.)

A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto nº 1/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.085, que dispõe sobre o registro de dados pessoais de guardadores e lavadores de veículos no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 2/2019 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.238, que altera as Leis nºs 4.747, de 1968, 5.960, de 1972, 6.763, de 1975, 14.937, de 2003, 15.424, de 2004, e 21.527, de 2014. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 3/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.158, que dispõe sobre as associações de socorro mútuo. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 4/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.161, que altera o art. 2º da Lei nº 14.171, de 15 de janeiro de 2002, que cria o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 5/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.195, que autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG – a doar ao Estado o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 6/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.200, que dispõe sobre a resposta à solicitação dirigida a órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 7/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.201, que determina que os veículos destinados ao serviço de segurança e saúde públicas do Estado sejam equipados com dispositivo que permita sua geolocalização. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 8/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.208, que acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 21.735, de 3 de agosto de 2015, que dispõe sobre a constituição de crédito estadual não tributário, fixa critérios para sua atualização, regula seu parcelamento, institui remissão e anistia e dá outra providência. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 10/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.230, que dispõe sobre a obrigatoriedade de hipermercados, supermercados, atacadistas e estabelecimentos varejistas congêneres identificarem de forma destacada produtos provenientes da agricultura familiar. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/3/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 367/2019, do governador do Estado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/3/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater os impactos nas questões ambientais do Projeto de Lei nº 367/2019, de autoria do governador do Estado, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/3/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.464/2017, do deputado Leonídio Bouças.

Requerimentos nºs 319/2019, da deputada Ione Pinheiro, e 359/2019, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater anúncio do governador do Estado quanto ao cancelamento do contrato com a empresa TBI Segurança, responsável pela vigilância dos prédios vinculados à Secretaria de Estado de Educação, especialmente quanto ao seu impacto negativo na política de segurança pública, notadamente no que diz respeito aos estudantes e docentes, bem como ao patrimônio público das escolas estaduais.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/3/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 451/2019, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 221/2019, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a atual situação do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/3/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/3/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/3/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater o fortalecimento dos conselhos municipais de meio ambiente por meio dos planos municipais de conservação e recuperação da mata atlântica.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/3/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 5.163/2018, do deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 249, 250 e 341/2019, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/3/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/3/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 209/2019, do deputado Fernando Pacheco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/3/2019, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.464/2017, do deputado Leonídio Bouças, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 319/2019, da deputada Ione Pinheiro, e 359/2019, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de março de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Osvaldo Lopes, Leonídio Bouças, Raul Belém, Roberto Andrade e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/3/2019, às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 5.394/2018, do deputado Doutor Jean Freire, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de março de 2019.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/3/2019, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater os impactos e prejuízos para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável para os setores mais vulneráveis da sociedade brasileira com a extinção do

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea –, por meio da Medida Provisória nº 870, de 2019, do governo federal, assim como a estrutura, competências e a vinculação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG, da Câmara Governamental Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais – Caisans-MG –, e a execução e controle social das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional sustentável do Estado e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2019.

Leninha, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/3/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Kerison Arnóbio Lopes Santos, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho Sintrocel;

exonerando Sayara Sophia Rosa Pereira Gil Menezes, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Andreia da Consolação Silva Diniz, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho Sintrocel;

nomeando Karine Esteves Nogueira, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Inácio Franco;

nomeando Pedro Pimenta da Veiga, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais.



ERRATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/3/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 16/3/2019, na pág. 38, na 12ª linha, onde se lê:

“São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:”, leia-se:

“É recebido pela presidência, submetido à votação e aprovado o Requerimento nº 545/2019, do deputado Raul Belém, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do Projeto de Lei nº 367/2019, do governador do Estado, nas questões ambientais. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:”.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/3/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 23/3/2019, na pág. 8, sob o título “Requerimentos”, substitua-se o resumo do Requerimento nº 373/2019 pelo que se segue:

“Nº 373/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Intendência da Cidade Administrativa e à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans – pedido de providências para que essas instituições determinem conjuntamente a proibição da circulação de ônibus coletivos no entorno da Cidade Administrativa aos sábados.”.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/3/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 23/3/2019, na pág. 8, sob o título “Requerimentos”, após o resumo do Requerimento nº 380/2019, acrescente-se o seguinte despacho:

“(– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Noraldino Júnior. Anexe-se ao Requerimento nº 169/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)”.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/3/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 23/3/2019, na pág. 8, sob o título “Requerimentos”, substitua-se o resumo do Requerimento nº 384/2019 pelo que se segue:

“Nº 384/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para que a ponte localizada ao final da Rua Maria Amélia de Souza Pedrosa, no Município de Fervedouro, seja recuperada, de modo a permitir novamente o tráfego de veículos no local, uma vez que a indisponibilidade da citada estrutura tem prejudicado o acesso dos moradores da região à cidade.”.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/3/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 23/3/2019, na pág. 12, sob o título “Requerimentos”, substitua-se o resumo do Requerimento nº 431/2019 pelo que se segue:

“Nº 431/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – pedido de providências para a disponibilização de novas linhas de créditos que possibilitem aos municípios a realização de investimentos em obras de pavimentação em estradas rurais, já que as linhas de créditos disponíveis contemplam apenas investimentos em vias urbanas, não atendendo as principais demandas dos municípios”.